

20/5/1984

Trabalhadores rurais do Paraná se unem pela reforma agrária

Curitiba — As quatro principais entidades vinculadas a trabalhadores rurais no Paraná se unem a partir do dia 13 de junho para darem início em todo o Estado à campanha pela reforma agrária, visando a assentar, durante o Governo José Richa (PMDB) pelo menos 50 mil proprietários, meeiros e arrendatários. Calcula-se que 200 mil famílias aguardam hoje a posse da terra. E 400 mil bóias-frias perambulam pelas regiões agrícolas em busca de trabalho.

Esse movimento de reforma agrária é orientado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaep), Associação dos Agrônomos do Paraná, Comissão Pastoral da Terra e Associação Brasileira de Agricultura. Trata-se da primeira iniciativa organizada no Paraná depois das lutas pela terra na década de 50 que transformaram o oeste e o sudoeste em regiões violentas, onde grileiros e posseiros se confrontavam para demarcar fronteiras.

Êxodo rural

Depois das lutas do sudoeste, na década de 70, a disputa pela terra do Paraná — uma das mais férteis do mundo — favoreceu os grandes e médios proprietários rurais, que optaram pelo plantio da soja no lugar do café e mecanizaram suas lavouras. Entre 1974/76, auge da cultura da soja, dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaep) indicavam que quase 1 milhão de pequenos proprietários e colonos de grandes fazendas ficaram sem suas terras ou perderam seus empregos. Mais da metade, principalmente os pequenos proprietários, saiu do Paraná e foi abrir novas fronteiras agrícolas.

Os que ficaram arrendaram terra, caso dos pequenos proprietários, ou engrossaram as favelas das grandes cidades e se submeteram ao trabalho temporário nas lavouras, caso dos bóias-frias. Os pequenos proprietários chegaram a se organizar em movimentos de reivindicação pela terra e o principal deles é o Mastro (Movimento dos Apicultores Sem Terra da Região Oeste do Estado) que aglutinou os proprietários remanescentes da região de Itaipu Binacional. Foram iniciativas isoladas e que acabaram em resultados que favoreceram apenas pequenos grupos. E os bóias-frias, devido principalmente às características do trabalho, em mudança constante, sequer tiveram condições de se organizarem.

— Nós pretendemos reunir os sem-terra e vincular o bóia-fria a sindicatos. Essa é a única forma de conseguirmos a distribuição da terra e organizarmos o mercado de trabalho nas lavouras — afirma o vice-presidente da Fetaep, Agostinho Bukoski, que há 10 anos acompanha a luta pela terra no Paraná.

A Fetaep distribuiu, através dos seus 500 sindicatos, filiados 50 mil questionários aos agricultores sem terra no Estado, pedindo informações e solicitando adesão à reforma agrária. Recebeu de volta 43 mil respostas.

— Os meeiros e arrendatários não conseguem mais sobreviver sem a posse da terra porque arrendar no Paraná se tornou muito caro. Hoje, gasta-se metade do lucro bruto da colheita só para pagar o arrendamento — afirma Bukoski. — Enquanto isso, temos milhares de latifúndios inexplorados em todo o Estado.

Pedido de Venturini

A Fetaep entregou há dois meses uma lista com assinaturas de 43 mil apicultores sem terra do Paraná ao Governador José Richa e ao Ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, reivindicando a distribuição de propriedades.

— Se conseguirmos assentar 50 mil pequenos proprietários com a campanha pela reforma agrária durante o Governo Richa, estaremos alcançando nossos primeiros objetivos — afirma o presidente da Fetaep.

Tanto a Fetaep como as demais entidades vinculadas ao problema da terra e a Secretaria de Apicultura defendem que o assentamento dos pequenos proprietários e de parte dos 400 mil bóias-frias iria acabar por normalizar a produção de alimentos no Paraná e organizar o mercado de trabalho, nas lavouras.

— Meeiros e arrendatários querem terra e o bóia-fria quer trabalho bem pago — diz o assessor do Secretário de Agricultura, Derci Pascoaloto.

Por isso, a campanha pela reforma agrária, dessas entidades e em particular a Fetaep, pretendem lutar também contra a formação das cooperativas de trabalhadores volantes (bóias-frias) que estão sendo criadas sob a orientação do Ministério do Trabalho.

— Essas cooperativas estão só contribuindo para que o bóia-fria seja explorado oficialmente, com o aval do Estado — afirma Agostinho Bukoski. Ele diz que até agora as duas cooperativas em funcionamento no Paraná — em Bandeirantes e Assis Chateaubriand — reunindo mais de mil bóias-frias — têm como gerente os gatos agenciadores do trabalho que estariam mais preocupados em movimentar o dinheiro dos trabalhadores do que lutar pelo trabalho permanente e assalariado.

— O ministério está investindo mais de Cr\$ 800 mil para cada cooperativa a ser criada e diz que não tem condições de fiscalizar os pagamentos dos encargos sociais aos trabalhadores — ironiza Bukoski.

(Página 18)